

18

2 0 1 8

**Revista
de História
da Sociedade
e da
Cultura**

CENTRO DE HISTÓRIA
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ADDE-VOMÁČKA, Éloïse (2016). *La ‘Chronique de Dalimil’.* *Les débuts de l’historiographie nationale tcheque en langue vulgaire aux XIVe siècle.* Paris: Publications de la Sorbonne, 470 pp., ISBN: 978-2-85944-945-2; e **BENÍTEZ GUERRERO, Carmen (2017).** *Crónica de Fernando IV. Estudio y edición de un texto postalfonsí.* Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla – Cátedra Alfonso X el Sabio, 217 pp. e 1 CD-ROM, ISBN: 978-84-472-1897-4.

Com poucos meses de intervalo foram publicadas, em Paris e Sevilha, as edições de duas crónicas escritas em línguas vernáculas, em lugares bastante distantes, na primeira metade do século XIV. Os paralelismos entre estas duas publicações são vários: ambos são trabalhos académicos, publicados por editoras universitárias, com estruturas similares – estudo, texto, anexos, bibliografia e índices – e que revelam, quando comparados, algumas semelhanças entre os escritos em análise. Mas há também notáveis diferenças, quer entre os estudos, quer entre os textos, que exemplificam as diversas perspetivas a partir das quais são abordados, e editados, os textos historiográficos medievais no presente.

A *Crónica de Dalimil* é um escrito anónimo datado entre os anos 1309 e 1313, e durante muito tempo atribuído a um clérigo chamado Dalimil de Mezeříce. Considera-se hoje que o seu autor deve ter sido um nobre da Boémia que pretendia narrar a história do povo checo para defender, através deste texto, os interesses da nobreza local. O original foi escrito em verso e em checo, e conserva-se em catorze cópias manuscritas medievais – das quais apenas três, fragmentárias, datam do século XIV. Posteriormente, entre os séculos XVII e XX, foram publicadas oito edições da crónica. O volume em apreço não inclui uma edição, mas sim uma tradução, do checo para o francês, que ocupa aproximadamente a metade das páginas do livro. Jacques Le Goff escreveu um texto introdutório para esta tradução, no ano 2009, que aqui aparece como ‘Prefácio’ (2016: 7-8), e no qual sublinhava a importância para a história europeia da crónica, que do seu ponto de vista era uma prova de que ‘o sentimento nacional existia já na Boémia nos inícios do século XIV’. Esta afirmação leva o leitor a desconfiar, mesmo antes de ler o texto, da possibilidade de se terem projetado na crónica medieval ideias e conceitos contemporâneos.

De facto, Éloïse Adde-Vomáčka parte da premissa de que a crónica ‘chamada de Dalimil’ tem sido tradicionalmente estudada a partir da ideia de que é ‘o principal texto nacionalista e xenófobo da literatura checa’ (2016:

75); e, em consequência, os termos ‘literatura nacional’, ‘nacionalismo’ e ‘nação’ têm um grande protagonismo neste estudo. A autora, porém, explica que o anônimo autor da *Crónica de Dalimil* utilizou a palavra *jazyk* para fazer referência à ‘população checa’, e justifica por que é traduzida como *nation* (2016: 105-106). A identificação das ‘nações’ com as línguas, presente já em Isidoro de Sevilha, e que remete para o episódio bíblico da Torre de Babel – ponto de partida do relato de *Dalimil* –, está na base da correspondência que o texto medieval estabelece entre a identidade coletiva e a língua checas. Encontramos um exemplo bastante claro no capítulo 42, quando o duque Oldřich decide casar com uma camponesa, em vez de com uma princesa alemã, porque não quer que os seus filhos aprendam alemão (2016: 298):

Je préfère me marier à une paysanne tchèque
qu’avoir une reine allemande pour femme.
Le cœur de chacun brûle pour sa langue,
aussi une Allemande ne voudrait-elle pas autant le bien de mon
peuple.
Une Allemande aurait [avec soi] une famille d’Allemands
et apprendrait l’allemand à mes enfants.
La langue serait déchirée
et cela condamnerait immédiatement le pays à sa perte.

Os conteúdos do texto podem, portanto, certificar que na Boémia existia, já nos inícios do século XIV, o que hoje se chamaria um “sentimento nacional”, que relacionava a língua com o território, a população e a história; mas a pormenorizada análise de Éloïse Adde-Vomáčka revela que essas ideias foram desenvolvidas, e projetadas sob a forma de um relato histórico, por uma nobreza que pretendia identificar os seus objetivos políticos com os interesses da generalidade do povo. Assim, é através da reconstrução do contexto de redação da crónica e da singularização da sua autoria – não pela identificação do autor, mas sim do grupo do qual fazia parte – que é interpretado o significado do texto. Peça, e também consequência, de um programa político, a sua função era justificar o papel da nobreza, o direito de resistência e o tiranicídio. A *Crónica de Dalimil* pertence, portanto, a esse conjunto que agrupa a maior parte dos textos historiográficos medievais, fundamental para estudar as origens das literaturas europeias, mas também os projetos político-propagandísticos do período.

A *Crónica de Fernando IV* faz parte do mesmo conjunto, mas o seu estudo leva por caminhos diferentes. Na Península Ibérica, a escrita da história

em línguas romances tinha começado umas décadas antes, e estava profundamente marcada pela composição em castelhano da *Estoria de España*, no reinado de Afonso X o Sábio. Interrompido no reinado de Fernando III de Castela, o relato conheceu várias reescritas na segunda metade do século XIII e no século XIV. Durante muito tempo considerou-se que os textos que nararam os três reinados seguintes – os de Afonso X, Sancho IV e Fernando IV – formavam uma única obra, escrita nos anos quarenta do século XIV, conhecida como *Crónica de tres reyes* e atribuída a Fernán Sánchez de Valladolid. Nas últimas décadas, os especialistas têm sublinhado a singularidade de cada um destes relatos.

A edição mais consultada destes textos foi publicada no século XIX – e reimpressa nos meados do século XX – dentro da chamada Biblioteca de Autores Españoles. Manuel González Jiménez editou o relato do reinado de Afonso X, no ano 1998, e Pablo Enrique Saracino a crónica de Sancho IV, no ano 2014. Pode-se dizer que o trabalho de Carmen Benítez Guerrero completa a trilogia; e também um quadro maior, o da chamada ‘cronística oficial’ trecentista castelhana, do qual fazem parte os estudos de Diego Catalán sobre a *Crónica de Alfonso XI* e as edições das crónicas escritas por Pedro López de Ayala: as de Pedro I e Enrique II – por Germán Orduna, em 1994 e 1997 –, de Juan I – da autoria de Jorge Norberto Ferro, em 2009 – e de Enrique III – de Jorge Norberto Ferro e José Luis Moure, publicada em 2017.

O estudo de Carmen Benítez Guerrero começa com uma análise da datação, composição e possível autoria – com toda a complexidade associada a este termo na Idade Média, e especialmente em relação aos textos historiográficos – do relato do reinado de Fernando IV. São apenas trinta páginas, mas nelas sintetizam-se dados e ideias que vão muito além daquilo que define um ‘estado da arte’. À diferença do que acontece com a *Crónica de Dalimil*, a dificuldade para estabelecer um contexto de redação para a *Crónica de Fernando IV* dificulta a sua contextualização, e faz com que o próprio texto seja o principal material para a análise da intencionalidade da escrita. A autora passa, assim, a focar a atenção na transmissão manuscrita e no estabelecimento dos critérios escolhidos para a edição crítica do texto, que ocupa um espaço equivalente ao do estudo introdutório no conjunto do livro; embora a consulta do CD-ROM permite comprovar que tem umas dimensões muito maiores.

Éloïse Adde-Vomáčka coloca o centro de gravidade do seu trabalho na contextualização do escrito em análise, e Carmen Benítez Guerrero na edição. Nos dois casos as escolhas derivam das características presentes dos textos estudados: o primeiro está condicionado por mais de seis séculos de leituras, o segundo por uma transmissão manuscrita extremamente complexa. Estu-

dar, analisar, contextualizar, interpretar, traduzir e editar crónicas medievais implica, precisamente, identificar quais são as tarefas necessárias para uma adequada aproximação desde o presente a relatos historiográficos pretéritos; o que representa, de alguma maneira, uma ‘atualização’ desses relatos. Essa aproximação permite, em alguns casos, analisar a intencionalidade, na escrita e nas leituras, dos textos historiográficos, e também os programas políticos dos quais faziam parte. Em outros, obter informações preciosas para melhor compreendermos os muitos mistérios relacionados com a transmissão textual.

COVADONGA VALDALISO-CASANOVA

CH – U. Lisboa / CHSC - U. Coimbra

covaldaliso@gmail.com